

Requerimento de Sessão 144/2026

Protocolo 43401 Envio em 14/05/2026 16:38:37

Requer informações detalhadas e oficiais sobre a integridade dos dados dos prontuários eletrônicos da rede municipal de saúde, os protocolos de segurança da informação e as medidas de contingência adotadas para o atendimento médico.

Excelentíssimo Senhor
FÁBIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Estância Turística Paraguaçu Paulista – SP.

O Vereador que esta subscreve, nos Termos Regimentais vigentes, **REQUER** ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, informações detalhadas e oficiais sobre a integridade dos dados dos prontuários eletrônicos da rede municipal de saúde, os protocolos de segurança da informação e as medidas de contingência adotadas para o atendimento médico, conforme segue para as devidas respostas:

1. É verídica a informação de que houve perda de dados nos prontuários eletrônicos dos pacientes da rede municipal? Em caso positivo, qual a extensão desse dano (quais unidades e períodos foram afetados)? Relacionar e descrever.
2. A perda decorreu de falha técnica na migração para um novo sistema, erro humano, ataque cibernético ou falha de infraestrutura de hardware? Algum servidor ou empresa contratada foi formalmente responsabilizado pelo ocorrido? Como está sendo a solução? Descreva.
3. O município possui cópias de segurança (backups) físicas ou em nuvem que permitam a restauração integral dessas informações? Se sim, qual o cronograma para a recuperação total dos dados? Se não, quais os procedimentos para a normalização da situação?
4. Quais protocolos de contingência foram estabelecidos para que os médicos possam realizar consultas com segurança, garantindo o acesso a históricos de alergias, medicamentos e cirurgias anteriores dos pacientes? Descreva.
5. Quais medidas de segurança da informação e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estão sendo implementadas para evitar que este tipo de incidente se repita? Descreva.
6. Com relação aos exames já realizados e os exames a serem solicitados, como está sendo o procedimento sem as informações dos prontuários? Descrever.



JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se no direito fundamental à saúde e no dever de transparência da administração pública. O prontuário médico é um documento de posse do paciente e guarda obrigatórios pela instituição de saúde. A notícia de que informações históricas de milhares de paraguaçuenses teriam sido perdidas é de extrema gravidade, pois o prontuário não é apenas um registro administrativo, mas uma ferramenta vital para a segurança diagnóstica.

A ausência desses dados força os médicos a trabalharem com base apenas no relato verbal do paciente, o que pode levar a erros de prescrição e interrupções perigosas em tratamentos contínuos de doenças crônicas. Além disso, a gestão de dados públicos exige protocolos de backup e segurança que, ao que tudo indica, falharam ou foram negligenciados. É preciso saber se o município foi vítima de uma falha de planejamento em migração de sistemas e como a empresa responsável será cobrada por esse prejuízo imaterial incalculável.

Por fim, cabe a este Legislativo fiscalizar se o Poder Executivo está agindo com a agilidade necessária para recuperar esses dados ou se os pacientes terão seus históricos definitivamente apagados. A responsabilidade sobre o patrimônio digital da saúde é direta da Secretaria da área, e a falta de respostas claras coloca em xeque a eficiência de todo o sistema municipal de saúde.

Palácio Legislativo Água Grande, 14 de maio de 2026.

OTACÍLIO ALVES DE AMORIM NETO
Vereador

